



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)

N.º 12/2010

Dispõe sobre o Regimento da Comissão de Residência Médica (COREME) da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 12 de maio de 2010, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o regimento da Comissão de Residência Médica (COREME) da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palmas, 12 de maio de 2010.

Prof. Alan Barbiero
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REGIMENTO DA COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA (COREME) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAPÍTULO I
Dos Objetivos e Finalidades

Art. 1º Este Regimento Interno tem por finalidade adequar e normatizar o funcionamento dos Programas de Residência Médica (PRM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), fornecendo as informações básicas a seu corpo docente e discente, tomando por base as Resoluções da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).

Art. 2º São finalidades e princípios gerais da Residência:

I - a Residência Médica é uma forma de treinamento que permite aos médicos recém-formados aperfeiçoarem-se nos diferentes ramos e atividades, durante o período específico para cada especialidade, com carga horária de 2.880 horas anuais, sem qualquer vínculo empregatício, com 60 (sessenta) horas semanais, sob supervisão do professores da UFT e corpo clínico dos serviços de saúde conveniados.

II - os residentes serão selecionados através dos critérios estabelecidos pela CNRM e COREME;

III - o PRM será cumprido nos locais estabelecidos através dos convênios assinados com a Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins (SESAU) e da Secretaria Municipal da Saúde de Palmas (SMSP), entre eles: Hospital Geral de Palmas (HGP), Hospital Dona Regina, Unidades Básicas de Saúde e outras unidades do Sistema Único de Saúde (SUS); eventualmente, em outros serviços conveniados que tragam benefícios para os residentes;

IV - o Residente estará sujeito ao Regimento Interno da UFT e dos serviços conveniados;

V - os Programas de Residência Médica terão os seus residentes designados pelos símbolos R1, R2 , R3 e assim consecutivamente correspondendo o número ao ano ao qual o

residente estará cursando seu programa;

VI - os Residentes freqüentarão os rodízios dos Serviços Médicos designados pelos Supervisores;

VII - os Programas de Residência respeitarão o máximo de 60 (sessenta) horas semanais, nelas incluídas um máximo de 24 (vinte e quatro) horas de plantão. A carga horária dos plantões e sua distribuição serão designadas pelo coordenador de cada programa em comum acordo com a Comissão de Residência Médica;

VIII - os Residentes que tiverem concluído, satisfatoriamente, seus programas receberão Certificado de Conclusão de Residência Médica. Este certificado se constituirá em comprovante hábil para fins legais junto ao Sistema Federal de Ensino e ao Conselho Federal de Medicina;

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo implica, automaticamente, na suspensão da bolsa de estudos a ser declarada pela Comissão de Residência ou por iniciativa do supervisor da área de RM.

CAPÍTULO II

Definição, Constituição e Competência

Art. 3º A COREME é um órgão formado por membros da UFT e dos serviços conveniados para coordenar e supervisionar a organização e aplicação dos PRM, avaliar o aproveitamento dos Residentes e aplicar as sanções disciplinares. Tem poder decisório de manter ou alterar o presente Regimento Interno para seu melhor funcionamento. É também o órgão competente para manter os contatos e entendimentos com a Secretaria da Saúde do Município de Palmas, Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, Conselho Estadual de Residência Médica, Conselho Nacional de Residência Médica e Conselho Regional de Medicina.

Art. 4º A COREME é constituída pelos seguintes membros:

I - coordenador da COREME;

II - coordenador substituto da COREME;

III - supervisores dos Programas de Residência Médica;

IV - diretor do Centro de Estudos;

V - representante da Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins;

VI - representante da Secretaria da Saúde do Município de Palmas;

VII - representante de cada serviço conveniado;

VIII - representante do Conselho Regional de Medicina do Estado do Tocantins;

IX - dois Representantes dos residentes.

Art. 5º Os membros da COREME devem ser escolhidos entre os supervisores dos PRM, de acordo com a Resolução 001/2004 CNRM. O Coordenador da COREME e o substituto eventual serão recomendados ao Reitor da UFT pelos membros da COREME, com exceção dos representantes dos médicos residentes. Os representantes dos médicos residentes terão direito a voz e voto nas reuniões e decisões da COREME.

Art. 6º São competências da COREME:

I - definir o calendário anual das reuniões ordinárias a ser enviada a CNRM, nos termos da Resolução 001/2004 do CNRM. A data das mesmas será programada após votação entre os membros da COREME;

II - prever no Regimento Interno a convocação de reuniões extraordinárias pelo Coordenador ou metade mais um de seus membros;

III - transcrever as reuniões em atas que deverão ser encaminhadas a CNRM, quando solicitadas;

IV - determinar a abertura da inscrição para o Concurso de Residência Médica e definir a data das provas, início da Residência e o número de vagas para cada ano;

V - selecionar os candidatos aprovados no Concurso para Residência Médica;

VI - resolver os problemas relacionados à organização e supervisão da RM;

VII - fazer cumprir os programas científicos elaborados junto ao Centro de Estudos;

VIII - documentar e informar à direção da UFT as ocorrências que venham infringir este Regimento Interno;

IX - manter um fichário individual dos residentes para anotação do histórico dos mesmos, deixando registrado o período de férias, participação em congresso e faltas disciplinares;

X - atualizar o presente Regimento Interno dentro das necessidades do momento e resolver os casos omissos;

XI - convocar 1 (uma) reunião por semestre com comparecimento obrigatório de todos os residentes juntamente com o Coordenador da COREME e os Supervisores dos PRM para uma avaliação do desenvolvimento da RM.

CAPÍTULO III

Dos Direitos, Deveres e Proibições

Art. 7º São direitos e deveres de todos os residentes:

I - eleger o representante dos residentes e seu suplente conforme as determinações da Resolução 021/2004 CNRM;

II - cumprir e fazer cumprir as decisões oriundas da COREME;

III - cumprir e fazer cumprir este Regimento e as rotinas dos residentes;

IV - circular nas dependências dos serviços conveniados devidamente uniformizado de branco durante todo o período que estiver em atividade e, conforme determinado pelo SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho), usar somente calçado fechado. Todos devem estar devidamente identificados com o uso do crachá. A falta do uso do uniforme e do crachá constituirá em desrespeito às normas deste Regimento Interno e o Residente faltoso estará sujeito a aplicação de sanções disciplinares;

V - cumprir e fazer cumprir as normas ético-profissionais contidas nos códigos deontológicos vigentes;

VI - ao residente é assegurada uma bolsa de estudos para auxiliá-lo na sua manutenção, assim como lhe é assegurado alimentação e suporte para moradia;

VII - comparecer, pontualmente, ao setor designado para exercer suas atividades conforme escala pré-estabelecida;

VIII - comparecer, obrigatoriamente, às reuniões convocadas pela COREME e pelo Serviço de sua Residência, delas se ausentando somente para atendimento de urgências;

IX - os Residentes deverão freqüentar e acompanhar, através de rodízios pré-estabelecidos pelos Supervisores os Serviços Médicos em atividade nos serviços conveniados;

X - escrever todas as suas anotações nos prontuários de modo legível e facilmente compreensível registrando em seguida a data, assinatura e carimbo (EXIGIDO);

XI - zelar e responsabilizar-se pelo uso e/ou danos dos materiais que lhe forem confiados;

XII - levar ao conhecimento do Supervisor do PRM ou do Coordenador da COREME as irregularidades que observar quer sejam relacionadas aos próprios Residentes, aos funcionários, enfermagem, docentes, instalações e funcionamento dos serviços conveniados;

Art. 8º São deveres dos residentes R1:

I - executar as funções determinadas pelo supervisor do PRM;

II - fazer anamnese e exame físico do paciente internado logo após sua admissão,

prescrever, solicitar exames complementares, fazer a evolução clínica, anotar a impressão diagnóstica e preencher o sumário de alta;

III - estudar cada caso de modo a poder expô-lo de memória quando solicitado, e cuidar para que sejam cumpridas todas as determinações feitas a cada paciente (ministrar medicamentos, verificação de sinais vitais, anotação de balanço hidrosalino, cumprimento do regime dietético instituído, anotação das alterações ou complicações da evolução do paciente e verificação dos resultados dos exames complementares).

Art. 9º São deveres dos residentes R2, R3 e demais:

I - seguir os programas estabelecidos pelos respectivos serviços médicos conforme programação.

II - elaborar uma monografia sobre tema da sua especialidade, a ser apresentada ao final de sua Residência;

§1º. Cabe ao Supervisor do PRM examinar a monografia e aceitá-la ou não;

§2º. Não será fornecido Certificado de Residência ao residente que não apresentar a monografia ou não a ter aprovada pelo Supervisor da Área.

Art. 10. Do residente representante de cada área de Residência:

I - o representante de cada PRM será eleito entre seus pares, que cumprirá um mandato de 1 (um) ano, permitindo-se a reeleição;

II - o representante terá a função de interligação dos seus pares junto à Direção, Coordenação da COREME e Supervisor do PRM;

III - deverá fazer cumprir as normas elaboradas pela UFT, COREME e pela Administração dos serviços conveniados;

IV - zelar pela ordem e disciplina dos residentes nos PRM;

V - orientar e comunicar aos seus pares sobre qualquer irregularidade no funcionamento do Serviço e levá-la ao conhecimento do Supervisor, inclusive sugerindo soluções;

VI - auxiliar o Chefe do Serviço na execução das normas do Serviço, inclusive distribuindo as escalas de atividades dentre os seus pares para o bom funcionamento do PRM.

Art. 11. É proibido ao médico residente:

I - prestar informações ou assinar documentos sobre assuntos fora de sua competência;

II - usar, indevidamente ou em proveito próprio, as instalações e materiais dos serviços conveniados;

III - intervir em questões disciplinares referentes aos servidores da Instituição;

IV - participar de reuniões para discutir assuntos administrativos ou funcionais, exceto quando, especificamente, convocado pela administração; e praticar atos atentatórios à moral ou à disciplina no âmbito hospitalar mesmo fora do horário de atividades.

Art. 12. A frequência diária dos residentes será controlada por mecanismo que a COREME julgar conveniente, sendo esta necessária para comprovar as atividades e a presença do residente no hospital.

Parágrafo único. A justificativa da ausência deverá ser feita com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas através do preenchimento da Autorização de Ausência.

CAPÍTULO IV

Da Avaliação dos Residentes

Art. 13. A COREME, no exercício de suas atribuições, baseada nos arts. 13 e 14 da Resolução CNRM nº 4 de 23/12/2003, que determina que a avaliação dos Residentes seja trimestral e por mecanismo que a Supervisão de cada RPM julgar conveniente, considerando também os critérios de:

- I – frequência;
- II – pontualidade;
- III – dedicação;
- IV – iniciativa;
- V – avaliação técnico-científica continuada;
- VI – apresentação pessoal;
- VII – relacionamento com pacientes, colegas, preceptores, enfermagem e funcionários.

§ 1º A cada um dos itens será conferida nota de 0 (zero) a 10 (dez).

§ 2º Será considerado aprovado o Residente que obtiver nota mínima de 7 (sete) em cada um dos itens, nota inferior a 7 (sete) em qualquer deles implicará em reprovação, impondo ao Residente a repetição deste rodízio.

Art. 14. Cada Serviço deverá encaminhar a avaliação do Residente de área, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas após o término do rodízio. O supervisor da área encaminhará esta avaliação ao Coordenador Geral, no máximo 48 (quarenta e oito) horas após tê-la recebido.

Art. 15. O Coordenador da COREME comunicará a cada residente o resultado de sua avaliação.

§ 1º. Será considerado apto e promovido ao 2º ano de Residência o aluno aprovado em todos os serviços pré-determinados para o rodízio.

§ 2º. Será considerado não apto para promoção ao 2º ano da Residência o aluno reprovado em qualquer dos serviços a ele pré-determinados para o rodízio.

CAPÍTULO V

Das Sanções Disciplinares

Art. 16. Os residentes estarão sujeitos às seguintes sanções disciplinares:

I - aplicar-se-á a penalidade de ADVERTÊNCIA VERBAL ao Residente que cometer uma falta leve que não configure prejuízo maior ao andamento do PRM e do Serviço;

II - aplicar-se-á a penalidade de ADVERTÊNCIA POR ESCRITO ao residente que cometer uma falta média que comprometa de forma severa o desenvolvimento do PRM e ao que cometer falta média que comprometa de forma mais severa o desenvolvimento do PRM e o funcionamento do Serviço.

III - aplicar-se-á a penalidade de SUSPENSÃO ao Residente que cometer uma falta considerada grave que é traduzida por:

- a) Não cumprimento de tarefas designadas por falta de empenho do residente;
- b) Falta a plantões;
- c) Desrespeito ao Código de Ética Médica;
- d) Ausência não justificada do PRM por período superior a 24 (vinte e quatro) horas;
- e) Todas as faltas que comprometam severamente o andamento do PRM prejudiquem o funcionamento do serviço ou evidenciem que o residente seja incompatível com a Residência;
- f) Agressões físicas entre Residentes ou entre Residentes e qualquer pessoa;
- g) A penalidade de SUSPENSÃO nunca será inferior a 3(três) nem superior a 30(trinta) dias, quando será ativada a exclusão do residente do PRM;
- h) As peculiaridades de cada caso serão estudadas e analisadas pela COREME;
- i) Após a data do término do PRM o residente deverá compensar os dias suspensos para cumprir a carga horária do seu PRM.

IV - Aplicar-se-á a penalidade de EXCLUSÃO ao Residente que:

- a) Reincidir em falta grave;
- b) Não comparecer as atividades do PRM, sem justificativa, por 3 (três) dias

consecutivos ou 15 (quinze) dias intercalados no período de seis meses;

c) Haver, comprovadamente, se utilizado das instalações ou materiais dos serviços de saúde conveniados para fins de lucro próprio;

d) Reincidir em falta com pena máxima de suspensão ou for considerado reprovado nas avaliações feitas pelas funções específicas.

§ 1º. Serão consideradas condições agravantes que podem causar ampliação das penalidades:

a) Reincidência;

b) Ação intencional ou má fé;

c) Ação premeditada;

d) Alegação de desconhecimento das normas do Serviço ou alegação de desconhecimento do Regimento Interno da COREME;

§ 2º A penalidade de ADVERTÊNCIA VERBAL ficará a cargo do Supervisor do Programa de Residência Médica;

§ 3º O residente penalizado poderá apresentar sua defesa junto à COREME;

§ 4º As penalidades serão aplicadas levando-se em consideração as penalidades de cada caso que serão estudadas e analisadas pela COREME.

CAPÍTULO VI

Do Afastamento dos Residentes

Art. 17. Licença Médica:

I – em caso de doença do Residente será concedida uma licença médica por um período de 15 dias/ano para tratamento de saúde. Neste período o residente receberá a bolsa integral; após a primeira quinzena, o Residente será encaminhado ao Serviço Médico Pericial do INSS, ao qual está vinculado de sua condição de profissional autônomo;

II – o afastamento que exceder 30 (trinta) dias/ano (quer consecutivos ou somatórios das licenças anuais) deverá ser recuperado integralmente em idêntico período, ao término da Residência;

III – em caso de doença do Residente, o mesmo deverá apresentar até 48 horas após a sua ausência, o atestado médico comprobatório que deverá ser analisado e aceito pelo seu Chefe do Serviço e pelo Supervisor do PRM;

IV – a solicitação para avaliação de Residente por junta Médica deverá conter a

assinatura de 2 (dois) ou 3 (três) preceptores de área.

Art. 18. Licença Gestação:

I – à médica Residente será assegurada a continuidade da bolsa de estudo durante o período de licença quando gestante, de acordo com a Lei 11.770, de 09/09/2008;

II – a médica Residente deverá comunicar ao seu coordenador o seu estado de gravidez assim que tiver conhecimento do mesmo. A COREME comunicará imediatamente a CNRM.

Art. 19. Congressos Médicos:

I – o residente poderá comparecer, anualmente, a Congresso Científico, na área de sua especialidade desde que solicitado com antecedência mínima de 90 (Noventa) dias e após aprovação pelo seu Supervisor do PRM;

II – terá prioridade para participar de Congresso Científico, o residente que for apresentar trabalho científico, no caso de vários autores o Chefe do Serviço determinará quantos poderão participar, visando o funcionamento do Serviço;

III – ao retornar, o residente deverá apresentar o comprovante de frequência no evento. A não apresentação pode acarretar impedimento de participação em novos eventos e no desconto em folha dos dias correspondentes;

IV – prioridades para o residente participar de Congressos Científicos: apresentação de trabalho científico, não possuir punição na COREME, não ter sido contemplado com participação previamente, ser procedente da cidade onde se realizará o Congresso.

Art. 20. O residente terá direito a gozo de férias por 30 (trinta) dias consecutivos por ano de atividades.

Art. 21. Licença para núpcias de 8 (oito) dias após comunicado ao Chefe do Serviço e do Supervisor de área.

Art. 22. Licença luto por 3 (três) dias após comunicado ao Chefe do Serviço e Supervisor de área.

Art. 23. Licença maternidade de 4 (quatro) meses, após comunicação do Chefe do Serviço e do Supervisor de área, sempre confirmado com Atestado Médico do Obstetra.

Art. 24. Licença paternidade por 5 (cinco) dias após comunicação ao Chefe do Serviço e do Supervisor de Área.

Parágrafo único. A COREME estudará a possibilidade de o residente ausentar-se do PRM por outras causas não relatadas neste Regimento Interno.

Art. 25. A COREME entende como ausências justificadas, desde que devidamente

comprovadas:

I - por motivo de doença do Residente;

II - por motivo de doença ou morte de parente de primeiro grau ou de cônjuge do Residente;

III - a COREME poderá considerar JUSTIFICADAS outras ausências que não as descritas.

Art. 26. O residente, para poder afastar-se de suas atividades do PRM, deverá preencher o requerimento próprio de afastamento da Residência, devendo constar o período de afastamento e o motivo do mesmo. A seguir, deverá solicitar a assinatura do seu Chefe de Serviço e também do Supervisor da Área, concretizando assim a permissão e o devido conhecimento por parte dos seus Chefes. Em seguida entregar o requerimento na Secretaria da COREME para anotação na Ficha Funcional. O período máximo para o afastamento será de quatro meses exceto no caso de convocação para o serviço militar que obedecerá a Resolução 01/2005.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 27. O residente deverá se filiar ao Sistema Previdenciário na qualidade de Segurado Autônomo.

Art. 28. Os rendimentos auferidos através de bolsas de estudos são considerados tributáveis: devendo, portanto, o residente apresentar a sua Declaração de Imposto de Renda anualmente.

Art. 29. Seleção de candidatos para Residência conforme Edital e Normas Específicas.

Art. 30. Casos omissos serão de resolução da COREME.

Palmas – TO, 12 de maio de 2010.